

## Cumprimento de meta fiscal é inegociável, diz secretário

*Se preciso, governo voltará a cortar despesas mesmo que a máquina pública seja obrigada a parar, diz Sachsida*

### BRASÍLIA

Após ter feito de tudo no mês passado para evitar o custo político de um novo contingenciamento no Orçamento deste ano, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirma que o governo voltará a cortar despesas caso isso seja necessário. Segundo ele, o cumprimento da meta fiscal é inegociável, mesmo que a máquina pública corra o risco de ficar paralisada diante de novos bloqueios. "É importante deixar muito claro que esse é um governo pró-mercado, que vai defender a responsabilidade fiscal sempre. O que eu posso fazer? Se não tem dinheiro, não pode gastar. Nós não cometeremos os mesmos erros de governos passados. Não vamos dar mais bebida para o bêbado. Quem pensar em estourar a meta fiscal está exonerado", afirmou o secretário, em entrevista ao Estado, referindo-se à intransigência do ministro da Economia, Paulo Guedes, quando o assunto é responsabilidade fiscal.

O governo tem de fazer uma reavaliação das receitas e despesas previstas para o ano a cada dois meses. Em março, diante da revisão

para baixo das estimativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, a equipe econômica anunciou contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões em gastos. A medida impôs forte bloqueio de despesas em todos os ministérios e trouxe enorme desgaste político ao governo Jair Bolsonaro ao desembocar em grandes manifestações de rua contra cortes de recursos para as universidades federais. A pressão popular fez com que, em maio, mesmo com nova redução das projeções para o crescimento do País neste ano, a equipe econômica lançasse mão de uma reserva orçamentária para evitar que um novo contingenciamento precisasse ser anunciado.

De lá para cá, as projeções dos economistas para o Produto Interno Bruto (PIB) apenas pioraram. O último Relatório Focus, elaborado semanalmente pelo Banco Central a partir das respostas de analistas do mercado financeiro, apontou para um crescimento inferior a 1% neste ano. Menos atividade significa menor arrecadação de impostos, o que pode obrigar o governo ter que bloquear ainda mais as despesas no fim de julho. A "reserva orçamentária" agora já foi usada. Sachsida não descarta a possibilidade de um chamado "shutdown" – ou paralisação – de parte da máquina pública por falta de recursos.

"A situação está difícil. Você fala em shutdown do governo, mas vamos falar de shutdown de famílias, com a quantidade de gente desempregada que está aí. Não faz sentido o setor público ser diferente", completou o secretário. Como o governo não pode deixar de pagar despesas obrigatórias – como salários dos servidores e benefícios da Previdência –, todo contingenciamento do Orçamento atinge as chamadas despesas discricionárias, que incluem investimentos, bolsas, manutenção de prédios, compras de materiais de escritório e até mesmo as contas de luz e água dos prédios públicos. Por isso, um shutdown na máquina pública impediria que muitos órgãos simplesmente abrissem as portas para funcionar – como ocorreu no começo deste ano nos Estados Unidos.

O Brasil nunca viveu uma situação como essa, mas há tempos flerta com o esgotamento dos recursos para o funcionamento mínimo da máquina. A última vez que chegou perto foi no governo Michel Temer, quando, durante alguns dias, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado. / E.R. E R.A.

Entrevista / CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES**“BNDES tem de cortar custos e fazer um PDV”**

*Conselheiro do banco diz que quadro de pessoal está inchado diante do tamanho que a instituição terá. E que demissão de Levy foi natural*

ROSANA HESSEL  
VICENTE NUNES

Eleito conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes diz que o novo presidente da instituição, Gustavo Montezano, terá que fazer um amplo processo de enxugamento de custos, que passará pelo corte de pessoal. Na avaliação dele, pelo tamanho que o banco terá daqui por diante, não há necessidade de um quadro de mais de 2,5 mil funcionários, como o atual. “O BNDES terá que fazer um programa de demissão voluntária (PDV). Apesar de o nível dos empregados ser muito bom, não se justificam tantas pessoas”, afirma.

Para Freitas Gomes, que já dirigiu o BNDES durante o governo Temer, a demissão de Joaquim Levy da presidência do banco foi um processo natural de qualquer governo. Ele acredita que Levy não teve a agilidade que o Palácio do Planalto esperava nas ações do BNDES, ainda que seja um excelente profissional. A mesma pressão recairá sobre Montezano, escolhido pelo ministro Paulo

Guedes para comandar o banco. “O novo presidente terá que reduzir o tamanho do BNDES. Em 2014, a instituição emprestava R\$ 200 bilhões por ano, agora, as operações não passam de R\$ 70 bilhões”, afirma.

O economista é enfático em dizer que não há caixa-preta no BNDES, como afirma o presidente Jair Bolsonaro, e ressalta que o banco tem condições de devolver o dinheiro que deve ao Tesouro Nacional — mais de R\$ 200 bilhões. Mas o cronograma dos repasses deverá ser bem pensado, sobretudo se a instituição perder parte dos repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como está previsto na reforma da Previdência. O BNDES já devolveu R\$ 300 bilhões ao Tesouro. “Não fosse isso, a dívida pública seria muito maior do que é”, frisa. Freitas Gomes diz que o Brasil só voltará a crescer depois da reforma da Previdência. A seguir, os principais trechos da entrevista.

***Como o senhor viu a demissão de Joaquim Levy do BNDES? O que mudará na gestão do banco?***

Foi um processo natural de governo. E creio que o BNDES não mudará no essencial. É importante destacar que o Levy tem muita experiência e conhece muito bem as operações internacionais. Mas faltou definir o tamanho do banco hoje e no futuro. O BNDES perdeu

competitividade com TLP (Taxa de Longo Prazo), que rege todos os empréstimos concedidos pela instituição. Como hoje existe muita liquidez no sistema financeiro, os bancos, incluindo os privados, estão prontos para emprestar recursos a longo prazo, principalmente por meio de debêntures. O BNDES ainda é bastante eficiente em financiar infraestrutura, de que o país precisa tanto. Esse é um caminho a ser seguido pelo banco. Provavelmente, o banco ficará menor, como já está acontecendo. É importante reduzir mais rapidamente os custos fixos.

***Reduzir o quê? Pessoal?***

Sim, o BNDES tem um quadro muito grande de funcionários para o tamanho que a instituição terá daqui por diante. São mais de 2,5 mil pessoas, que, se ressaltado, são muito qualificadas. Mas não cabe mais tanta gente lá. É preciso fazer um programa de demissão voluntária (PDV). Isso dará maior agilidade à instituição. Em 2014, o BNDES emprestava mais de R\$ 200 bilhões por ano. Agora, são R\$ 70 bilhões anuais. Não vai passar muito mais disso.

***O novo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, está preparado para assumir esse desafio?***

Espero que sim. E ele terá que continuar reduzindo os custos fixos do BNDES, além de focar no programa de privatização, como já





foi anunciado. Também o banco terá de se voltar para as pequenas e médias empresas, que não são atendidas pelo mercado bancário tradicional.

***Um dos motivos para a demissão de Levy teria sido a demora do BNDES em devolver recursos para o Tesouro Nacional. O banco tem caixa para isso?***

O BNDES está capitalizado. Já devolveu cerca de R\$ 300 bilhões ao Tesouro. Inclusive, não fosse essa devolução, a dívida pública, de cerca de 78% do PIB (Produto Interno Bruto (PIB)), seria muito maior. Certamente, o novo presidente do banco definirá um cronograma para a devolução dos recursos mais rapidamente. Evidentemente, na atual conjuntura, em que se discute tirar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o principal funding do BNDES, fica difícil precisar os valores que serão devolvidos dentro do que já estava programado.

***Outra razão para a demissão de Levy seria a de que ele não abriu a caixa-preta do BNDES. O banco tem caixa-preta, como alardeia o presidente Jair Bolsonaro?***

As operações do BNDES são muito transparentes, refletindo a capacidade de seus funcionários que hoje se equiparam aos do Banco Central. Não há caixa-preta no BNDES. Todas as operações do banco estão disponíveis em seu site, seguindo as legislações bancárias e do mercado de capitais. No passado, falavam da caixa-preta do Banco Central, que nunca houve. O que há

é falta de conhecimento para entender as operações. Na CPI no Senado sobre as operações internacionais do BNDES, fui designado, como diretor Financeiro do banco, pelo então presidente da instituição, para explicar as razões para a concessão de financiamentos a países que, agora, estão inadimplentes. Relatei que o BNDES foi o intermediário do repasse dos recursos. Não é justo arcar com as escolhas que foram feitas na época pelo governo.

***É possível esperar desembolsos maiores do BNDES a partir de agora para estimular o crescimento econômico?***

Não creio. Infelizmente, neste momento, não há demanda. E reforço: o banco tem que ter o tamanho que tem hoje. É melhor deixar o mercado de crédito, neste momento, para os bancos privados, que estão cheio de dinheiro para empestar. Basta, para isso, que confiança volte ao país.

***Quando é que o Brasil vai crescer mais forte?***

Infelizmente, teremos que esperar mais um pouco. Neste ano, não crescerá nem 3%, nem 4%, como o mercado previa no fim de 2018, após as eleições. O avanço do PIB ficará abaixo de 1%, como já prevê a maioria dos analistas. O Brasil tem uma capacidade ociosa enorme e não tem condições de se fazer investimento rapidamente. Então, a economia vai demorar para se recuperar. E é preciso tomar cuidado para o Brasil não quebrar em reais.

***Como assim? É por conta da***

***dívida interna?***

Sim. O Brasil pode quebrar em reais. O Brasil já quebrou várias vezes, em dólares. Agora, pode quebrar em reais ou deixa voltar a inflação. Essas são as duas escolhas que estão colocadas se o país não fizer o dever de casa e arrumar as contas públicas. Do ponto de vista externo, o Brasil está muito bem. Não tem dívidas em dólar e conta com mais de US\$ 380 bilhões em reservas internacionais. Mas a dívida pública é um problema e vai continuar crescendo mesmo com a reforma da Previdência.

***O senhor é a favor de mudanças na Previdência? Por quê?***

Sim, com certeza. Não há saída. Se o Brasil não fizer a reforma será terrível. A dívida pública bruta está perto de 80% PIB e será muito difícil ser financiada com a fuga em massa dos investidores. O resultado, nesse quadro caótico, será a volta da inflação.

***Existe o risco de hiperinflação?***

Sem a reforma da Previdência, sim. E ela pode vir de forma mais rápida do que no passado. É isso que é perigoso. Como já tivemos hiperinflação de 1975 até os anos 1990, demoramos quase 15 anos para chegar naquelas taxas absurdas. Foram 21 anos para chegar aos 100% ao ano. Agora, pode levar apenas dois anos. Mas se o Brasil fizer a reforma, tudo dará certo.

***Como o senhor avalia as trapalhadas do governo, que têm criado um clima de apreensão***





***entre os agentes econômicos?***

Governo sempre é um problema. Tenho certeza de que, apesar do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil vai dar certo. Os ruídos são normais, independentemente de quem está no Palácio do Planalto. O mais importante é a parte econômica. E não adianta fazer nada para incentivar a economia agora, é rasgar dinheiro, jogar dinheiro fora. Primeiro, tem fazer reforma da Previdência. Se ela passar no Congresso, a economia vai se recuperar rápido.

***Até quando o senhor acredita que o ministro Paulo Guedes aguenta no governo?***

Ele não é de jogar a toalha. Vai até o final (do governo), a não ser que não possa fazer o que tem que fazer. Ele fica até o momento em que ele tiver certeza. Hoje, pode não dar certo (a reforma). Amanhã, pode dar. Ele tem que ter paciência para isso. Agora, o Paulo Guedes nunca vai ser o Maílson da Nóbrega (que foi ministro da Fazenda de José Sarney e responsável pelo Plano Verão, quando a inflação chegou a 80% ao mês no início de 1989).

***Por quê? Não terá coragem para fazer a política do feijão com arroz de Maílson?***

Ele não é homem de segurar as coisas (para fazer no ramerrame), mas de fazer, como o (Mário Henrique) Simonsen, que saiu do governo (militar) quando viu que não podia fazer mais nada. Se conseguir fazer, tudo bem. Se não, ele sai. É uma grande vantagem para o governo ter um homem capacitado como o Paulo Guedes. Ele tem o nome dele em jogo, e é bom para ele esse tipo de desafio.

*“O BNDES tem um quadro muito grande de funcionários para o tamanho que a instituição terá daqui por diante. São mais de 2,5 mil pessoas, que, se ressaltar, são muito qualificadas. Mas não cabe mais tanta gente lá”*

*“Não há caixa-preta no BNDES. Todas as operações do banco estão disponíveis em seu site, seguindo as legislações bancárias e do mercado de capitais”*

*“O avanço do PIB neste ficará abaixo de 1%, como já prevê a maioria dos analistas. O Brasil tem uma capacidade ociosa enorme e não tem condições de se fazer investimento rapidamente”*